

Cruzando fronteiras:  
Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro  
e os deslocamentos institucionais/  
epistemológicos para formar professores(as)  
de História no Brasil

Juliana Alves de Andrade\*

**Em tempos de distanciamento social, por conta dos efeitos** da pandemia do Novo Coronavírus (Covid 19), ouvir histórias e compartilhar experiências/saberes só é possível via ferramentas de comunicação *on-line*. A possibilidade de transmissão do Covid-19 paralisou o funcionamento das universidades, faculdades, escolas, aeroportos e estabelecimentos comerciais (lojas, *shoppings*, bares e restaurantes), e, num curto espaço de tempo, a sociedade precisou (re)inventar sua maneira de (con)viver, trabalhar e se comunicar. E, apesar dos (des)encontros e transtornos sociais, políticos e econômicos vividos pela tragédia desse “tempo em suspenso” (Krenak, 2020), criamos um espaço de encontro virtual para conversar e trocar experiências, nos dias 29 e 30 de abril de 2020, com a renomada pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a professora Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro.

Nesses encontros, ouvimos a reflexão de uma intelectual com larga trajetória profissional e vasta produção científica no campo da História e da Educação,

---

\* Pós-doutora em Educação pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Professora de Metodologia do Ensino de História e Estágios Supervisionados em História na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e do Mestrado Profissional em Ensino de História na Universidade Federal de Pernambuco (PROFHISTÓRIA/UFPE). Pesquisadora/Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História, Educação e Culturas (NEPHECs/UFRPE). E-mail: julianadeandrade.ufrpe@gmail.com

sobre os dilemas dos profissionais que atuam neste “lugar de fronteira”, o impacto do projeto de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) no processo de renovação do quadro de pesquisadores/professores na UFRJ e os desafios de construir/implementar um novo currículo no curso de licenciatura em História da UFRJ. Sua leitura sobre as instituições de ensino superior e a Educação, sem dúvida, ajuda a compreender o processo de (re)configuração das universidades brasileiras na primeira década do século XXI e os percursos trilhados pelos departamentos, institutos e faculdades para (re)formular seus projetos de formação acadêmica, política e cultural.

Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro, reconhecida nacionalmente e internacionalmente pelos estudos desenvolvidos sobre Ensino de História, docência, formação de professores de História, História do Currículo e das disciplinas escolares, saberes docentes e conhecimento escolar, atualmente, influencia as pesquisas sobre o saber histórico escolar e a formação de professores de História. Na entrevista, a pesquisadora reafirmou a sua tese ao falar sobre o papel do professor de História nos dias de hoje, ou seja, confirma que atuar no campo da pesquisa em Ensino de História é estar num “lugar de fronteira” entre História e Educação, lugar “de confluência de e com outros múltiplos saberes, que desafiam permanentemente ao dever de vigilância ética, política e epistemológica ao atuar entre a necessidade de ensinar saberes referentes ao passado, ao mesmo tempo em que se contribui para desenvolver o pensamento e a reflexão crítica dos alunos, cidadãos atuantes na sociedade em que vivem” (Monteiro, 2007, p. 3).

Assim, para conversar com a Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro, professora titular da UFRJ, bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), integrante do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) e do Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) da UFRJ, Líder do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino de História (LEPEH/UFRJ), ex-diretora (2008-2015) da Faculdade de Educação (FE/UFRJ), autora do livro *Professores de História: entre saberes e práticas* e muitos outros livros e artigos, utilizamos um roteiro de entrevista estruturado com perguntas distribuídas em três eixos (questões mobilizadoras, questões sensíveis e questões problematizadoras).<sup>1</sup> Nossa intenção foi acompanhar, a partir de sua trajetória profissional, as transformações institucionais das universidades públicas brasileiras, tomando como referência a UFRJ e as estratégias desenvolvidas pelo corpo docente do

---

<sup>1</sup> No conjunto das questões mobilizadoras, utilizamos perguntas que pudessem abordar a vida pessoal da entrevistada. No eixo das questões problematizadoras, trouxemos perguntas sobre as transformações vividas pelas universidades, particularmente a UFRJ, e por fim, nas questões sensíveis, lançamos mão de perguntas sobre a relação epistemológica e institucional das áreas de História e Educação na UFRJ.

curso de História diante dos desafios de reformular a proposta de formação do licenciado em História. De fato, a trajetória da professora de história exigente, historiadora/pesquisadora rigorosa, gestora democrática, pessoa acolhedora/generosa tem muito a nos dizer sobre História, universidade e Educação...

## Entrevista

**Juliana Alves de Andrade** – O professor Antonio Nóvoa, importante historiador português, afirma que “o professor é uma pessoa, e uma parte importante da pessoa é o professor” (Nóvoa, 1997). Para iniciarmos a nossa conversa, gostaríamos de saber um pouco da história da “pessoa”, professora Ana Maria Monteiro. Onde nasceu, cresceu, estudou? Quais são as suas referências sociais e culturais?

**Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro** – Bom dia! Juliana, agradeço o convite e a possibilidade de compartilhar minha trajetória de vida e fatos importantes da minha atuação profissional. Nasci no Rio de Janeiro, sou carioca. Cresci no bairro da Glória, que fica no centro do Rio. Morava numa casa com os meus pais, meu irmão Carlos, minha avó materna e um tio. Após a morte de minha avó mudamos para um apartamento também na Glória e aos 18 anos, mudamos para o bairro de Humaitá onde vivi até me casar, quando fui morar no bairro do Rio Comprido, zona norte do Rio de Janeiro, numa casa antiga e onde ficava o atelier de Ascânio MMM, meu marido. Lá nasceram minhas duas filhas Laura e Joana e tive a experiência de viver em uma rua tranquila, ao lado de uma comunidade com muitas famílias de trabalhadores, mas onde, também, no final da década de 1980, começaram a se agravar as questões relacionadas ao tráfico de drogas. Em 2001, mudamos para outra casa no bairro do Humaitá onde moro até hoje. Cresci em uma família de pais brasileiros com ascendência portuguesa, tanto por parte de mãe, quanto de pai. Os pais da minha mãe eram imigrantes da Ilha da Madeira, chegaram aqui muito pobres, tiveram muitos filhos e trabalharam muito no Rio de Janeiro. Os pais do meu pai também eram imigrantes portugueses, chegaram no início do século XX ao Rio de Janeiro e meu avô trabalhava no comércio. Do bairro da Glória eu tenho boas lembranças. Era um bairro que já passava por transformações urbanas, marcado por grandes contradições econômicas, sociais, culturais. Minha mãe era dona de casa e meu pai a princípio era vendedor e depois foi trabalhar na aeronáutica (era funcionário civil), como controlador de tráfego aéreo na torre de controle do aeroporto Santos Dumont. Em função desse trabalho, ele foi convidado a fazer cursos para se aperfeiçoar nos Estados Unidos, a primeira vez durante a guerra 1941/1942 e num segundo momento nos anos de

1950. Depois disso, ele assumiu a chefia do setor responsável pela montagem do sistema de radar e controle remoto do aeroporto, o que ainda não existia no Brasil. Para instalar esse sistema, ele trabalhou com um grupo de americanos. Eu lembro muito [risos], na minha casa, por exemplo, do debate sobre a Guerra dos Mísseis, a Guerra Fria e a relação Brasil/Estados Unidos. A cultura norte americana era muito presente em minha casa por conta desse trabalho que meu pai realizava. Foi uma época na qual eu convivi muito com os americanos e um período da vida no qual tive a oportunidade, aos 7 anos, de viajar com minha família para os Estados Unidos, onde o meu pai foi realizar cursos especializados. Foi uma experiência muito interessante e marcante para mim, porque tive a oportunidade de conhecer novos lugares e pessoas que falavam outras línguas, com hábitos diferentes dos nossos.

**JAA** – Agora que sabemos um pouco sobre a “pessoa” professora Ana Maria Monteiro, gostaríamos de ouvir a história da “professora” Ana Maria Monteiro, sobretudo, os caminhos percorridos na vida profissional. Na verdade, gostaríamos de saber o que levou a senhora a pensar no magistério como profissão?

**AMFCM** – A minha opção por ser professora, eu relaciono ao fato de ter duas tias, irmãs da minha mãe que eram professoras “primárias”. Minhas tias Laura Andrade e Judith Andrade trabalhavam na Secretaria de Educação, e elas tinham uma preocupação com a minha educação e a do meu irmão, porque elas não tinham filhos, então, nós éramos como se fôssemos os filhos delas. Com essa preocupação, elas escolhiam as escolas públicas onde iríamos estudar. Cursei o jardim de infância na Escola Campos Sales, localizada no Campo de Santana, escola de referência mas que ficava em um lugar distante da minha casa. Minha mãe me levava e buscava de bonde. Era um lugar muito encantador essa escola, existe até hoje. É uma casa que fica no meio de uma praça no parque, muito bonito! Enfim, tenho lembranças muito boas de lá. Então, a minha referência de escola enquanto criança é muito boa. Eram lugares onde eu gostava de estar. Depois, na escola primária, estudei na escola José de Alencar em Laranjeiras. Novamente distante da minha casa, mas considerada muito boa. O desejo de ser professora me ocorreu, mas certamente eu não entendia muito bem o que significava. Pensando nisso agora, acho que influenciada por essas tias que eram pessoas interessantes, se vestiam bem, muito inteligentes, comentavam os vários assuntos inclusive de política. E que tinham seus empregos e ganhavam o seu dinheiro. Uma delas, Judith, tinha uma vida muito ativa, participava de projetos e comentava os assuntos do trabalho. Ela chegou a dirigir o Instituto de Cinema Educativo [INCE] aqui no Rio de Janeiro. Ela sempre que podia levava a gente

às escolas para assistir filmes onde eram projetados. Aquela efervescência da inteligência e a postura dela me motivavam. E o meu pai também me marcou... o fato dele falar inglês e lidar com americanos, chefiar aquele grupo todo, ser professor de inglês em escolas para complementar o salário, o ouvir que ele era um professor muito bom, que os alunos o adoravam, tudo isso me influenciou. Então, na busca de uma boa educação, a minha mãe me matriculou em um curso preparatório para fazer o exame de admissão, que na época era necessário para ingressar no ginásio. Em 1958, aos dez anos, fui estudar no Instituto Guanabara, no bairro da Tijuca, e que era considerado um dos melhores aqui no Rio. Fiz a prova para acesso ao Instituto de Educação do Rio de Janeiro [IERJ] (70 vagas), fui aprovada e nele eu cursei o ginásio e o curso normal. Estudei lá 7 anos. Foi uma experiência marcante. Não sei se você conhece, mas é um prédio monumental. Quando as crianças ingressavam nesse espaço imenso, tínhamos um impacto: muito grande e alto, um pátio enorme, todas as salas voltadas para o pátio, com instalações de excelentes, construído a partir do projeto do Anísio Teixeira, que defendia que a formação de professores precisava ser realizada de forma primorosa, porque estaríamos ali formando os formadores das crianças, dos cidadãos. Com quadra de educação física, piscina olímpica, auditório para apresentações, biblioteca, discoteca, salas especiais para cada área de estudos: física, química, biologia e desenho, era realmente incrível. E nós tínhamos aquela experiência de organização do tempo escolar pela qual mudávamos de sala a cada tempo de aula. Lá estudei com professores renomados. Estranhei muito a escola, porque era um outro ambiente. No início não me encaixava. Na época, eu estava querendo entender as coisas do mundo, e meu interesse pela história já aflorava forte, sobretudo, por conta da influência da revista *National Geographic Magazine*, que me pai assinava, e que atiçava a minha curiosidade. Mesmo em inglês, era uma revista que me atraía muito: tinha muitas imagens, abordava civilizações históricas da antiguidade e grupos humanos que viviam de diferentes maneiras no presente. Era uma revista de divulgação científica focada na Geografia, mas trazia matérias sobre História, Antropologia e Arqueologia. A revista me abria horizontes. E eu queria saber mais sobre essas coisas. O ambiente da escola era um ambiente no qual essas questões não se colocavam. No ginásio, o currículo era muito “acadêmico”: estudávamos inglês, francês, latim. As disciplinas abordadas sem perspectiva crítica. Com base nos princípios da “Escola Nova”, era uma escola pública, gratuita, laica. Eu não me lembro, por exemplo, de aula sobre religião, mas fiz um trabalho na disciplina História onde pesquisei a história das religiões. No curso normal, as aulas eram voltadas para as metodologias de ensino e já no terceiro ano, assumimos turmas com supervisão. Eu fui alocada em uma escola no bairro de Realengo, para onde ia de trem, durante um ano inteiro. A

demanda por professores já se apresentava muito forte. Comecei a trabalhar como professora primária em 1966, na escola Suíça no bairro da Penha Circular, onde permaneci por seis anos.

Ao mesmo tempo em que fazia o ginásio e o normal, estudei inglês e, ao concluir o curso, realizei a complementação pedagógica de uma licenciatura na UERJ. Logo comecei a dar aulas de inglês ao mesmo tempo que as aulas na escola primária. Já trabalhava muito, mas minha vontade de estudar me levou a decidir fazer o pré-vestibular para o curso de História em um curso chamado Platão. Era muito renomado, considerado o melhor aqui no Rio de Janeiro. Tive aulas de História do Brasil com o professor Ilmar Rohloff de Mattos, e de História Geral com o professor Rubim Santos Leão de Aquino. Foi lá que conheci o Ilmar [risos]. Eu digo que o Ilmar é meu professor marcante [silêncio]. Não que ele tenha me feito optar por História, mas, porque em suas aulas eu comecei a compreender os processos históricos. Os processos eram explicados e analisados, por exemplo, por que a colonização do Brasil teve início em Pernambuco, no Nordeste, e não no Rio de Janeiro, por que o produto era a cana-de-açúcar, então isso me deixava bastante interessada, mobilizada, animada. Bom, fiz o vestibular e um vestibular diferente do que é hoje. Eram provas que nós fazíamos para aquela determinada universidade/para aquele determinado curso. Provas dissertativas de História do Brasil, História Geral, Português e Inglês. Eram dez dissertações de História do Brasil, dez dissertações de História Geral, uma redação no exame de Português e uma tradução do inglês para o português. Era muito difícil! Eu não sei mesmo como foi que eu passei [pausa/silêncio]. O vestibular ainda era eliminatório. Na minha turma, só passaram doze pessoas. Depois tiveram que fazer outra seleção e entraram mais quatorze estudantes.

**JAA** – Percebemos que sua formação profissional foi iniciada antes da formatura como historiadora/professora de História. A senhora poderia nos contar, como foi ser estudante/professora no curso de História da UFRJ, durante a vigência do AI-5? Quais são as memórias do tempo de estudante de graduação? Quais perspectivas teórico-metodológicas influenciavam a formação pedagógica e historiográfica dos jovens professores(as) de História ou historiadores? Usando uma questão bem recorrente em suas pesquisas, “Quem foram os seus professores(as) marcantes?”

**AMFCM** – Ingressei no início de 1968 no IFCS [Instituto de Filosofia e Ciências Sociais], que funcionava em uma casa antiga na Rua Marquês de Olinda, em Botafogo. No final de 1968, o IFCS foi duramente atingido pelo AI-5. Muita gente ameaçada, vigiada e presa. E com isso, em abril de 1969, quando nós chegamos para as aulas, encontramos um documento na portaria informando que as aulas

estavam suspensas e sem previsão de retorno. A maioria dos professores tinha sido aposentada compulsoriamente, entre eles a professora Maria Yedda Linhares, a professora Eulália Lobo e o professor Manoel Maurício de Albuquerque, professores com os quais eu iria ter aulas no segundo ano. Quando as aulas foram retomadas, tinham permanecido apenas os professores que não representavam ameaças ao governo militar, pessoas que não tinham muita expressão na área. Foi um curso que me deixou insegura pela fragilidade. No primeiro ano, eu tive aulas de História Antiga com professor Eremildo Vianna e suas assistentes, todas mulheres. Era aquela História Antiga factual, na linha positivista. Ele era uma pessoa sobre a qual circulavam histórias de denúncias, perseguições aos colegas, o que nos assustava muito. Ao mesmo tempo, lembro do movimento estudantil fervendo no IFCS. Polícia entrando no prédio e obrigando a gente ficar no pátio, eles dando voltas em torno da gente, ameaçando. Era muito assustador para mim, para todos nós. No segundo ano, quando nós começamos a ter aulas com o professor Manoel Maurício, ele foi aposentado. Outro choque! Então passamos a ler aquela bibliografia mais tradicional: Hélio Vianna, Jaime Cortesão, Perdigão Malheiro, Vicente Tapajós. Mas também Capistrano de Abreu. Um bom professor foi Ondemar Ferreira Dias Júnior, de Arqueologia e Antropologia. Lembro-me de nos levar a visitar sambaquis nos arredores da cidade e a um ritual de candomblé em município próximo. Foram experiências marcantes. No terceiro ano, começamos a conhecer mudanças com a chegada da professora Célia Freire. Ela voltava do doutorado em Paris e começamos a ouvir sobre a *Escola dos Annales*, Braudel, com quem ela tinha estudado, Marc Bloch, Lucien Febvre, enfim! Nós tivemos aula de História Moderna com professor Arno Wehling, em início de carreira.

Na época, o professor Francisco Falcon tinha voltado de Portugal, onde realizara o doutorado, e nos deu aulas de História Moderna. Líamos os livros da coleção História Geral das Civilizações traduzida da coleção francesa, Soboul, Labrousse e da História Geral da Civilização Brasileira, organizada por Boris Fausto, *Os burgueses à conquista do mundo* de Charles Morazé, edição de 1965, na tradução portuguesa de Magalhães Godinho. Em História Contemporânea, tivemos o Paulo Cavalcante, mas todos, assim, muito vigiados porque o IFCS era monitorado pela polícia. O governo militar muito preocupado com que era feito ali na época. Não era exigido trabalho acadêmico de pesquisa de final de curso. Fazíamos várias provas ao longo dos semestres. Outro aspecto a destacar: a biblioteca do IFCS permaneceu fechada nos quatro anos em que eu estudei lá, estava em obras. Como não tinha acesso à biblioteca, o que eu fazia era ir para a Biblioteca Nacional. A sorte é que o Rio de Janeiro tem muitos acervos, muitas bibliotecas. No prédio do MEC [Ministério da Educação], por exemplo, nós tínhamos uma biblioteca muito importante que eu frequentava muito. Na

Biblioteca Nacional também os livros podiam ser consultados no salão principal. Em 1969 quando os professores foram cassados, Manoel Mauricio, Eulália Lobo, Maria Yedda davam aulas em um curso preparatório para a carreira diplomática. Eu e outros colegas íamos à noite frequentar as aulas em turmas bem cheias. Ali, pude aprofundar meus estudos. Eu me interessava e procurava ler muito para entender a realidade brasileira, principalmente, quando eu fui fazer a seleção para o mestrado: Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Maurice Dobb. A história econômica, de orientação marxista, me atraindo. Bom, concluí o curso! Estudando e trabalhando, dando aulas para as crianças de manhã e de inglês, à noite, para adultos. Em 1971, cursei simultaneamente a licenciatura, as disciplinas pedagógicas na Faculdade de Educação na Praia Vermelha e, lá, eu tive uma professora que considero como marcante, a professora Ella Grinsztajn Dottori. Ela era a professora de Didática Especial e Prática de Ensino de História e oferecia as suas aulas no Colégio Aplicação [CAP] da UFRJ, onde eu fiz o estágio. E lá, ela me impactou porque suas explicações sobre a didática, sobre como organizar uma aula, como organizar a disciplina, além das questões técnicas tais como: desenvolver uma aula expositiva com sequência, como organizar um esquema, como elaborar uma prova, como trabalhar com grupos e materiais que poderiam ser levados para a sala. Ela também problematizava as diferentes formas de abordagem dos temas. E isso me interessou. Posteriormente, quando ingressei na UFRJ como professora para trabalhar nesse lugar, vou desenvolver minha pesquisa do doutoramento sobre a prática docente e a produção de conhecimento no espaço escolar.

**JAA** – E como surgiu o seu interesse pela pesquisa em História?

**AMFCM** – Após o nascimento da minha segunda filha, a Laura, a minha insatisfação em relação ao meu curso de licenciatura crescia. Eu queria estudar mais, eu precisava estudar. E aí eu fiz um Curso de Especialização na PUC-Rio [Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro], em História do Brasil. O professor era Lincoln Abreu Penna e, através dele, começo a ter contato com os estudos sobre o movimento operário. Nessa época, estavam bastante em foco os estudos sobre as greves operárias em São Paulo. Fiz um projeto para estudar a greve de 1918 no Rio de Janeiro. Entre seus líderes, estava José Oiticica que, mais tarde, foi um dos fundadores do partido comunista. Minha proposta era estudar o envolvimento político dos operários. Lá, eu conheci a Heloísa Serzedello Correa e que tornou-se minha amiga, trabalhamos juntas na PUC por um tempo, e fizemos as provas de seleção do mestrado da Universidade Federal Fluminense [UFF]. Fui aprovada. Era um mestrado recém-criado, que estava recebendo brasilianistas e

professores “aposentados” que, no final da década de 1970, retornavam ao Brasil. Maria Yedda Linhares, Eulália Lobo também vão atuar lá. E aí outro mundo, não é! Porque era uma outra universidade, em outros moldes. A graduação tinha se baseado em assistir aulas, ler os textos, fazer trabalhos e provas. É no mestrado que começo a me formar como pesquisadora, com discussões sobre pesquisa, sobre historiografia – tive aulas com José Honório Rodrigues, sobre Metodologia da História, com Ciro Flamarion, História das Idéias com Falcon, História Econômica com Maria Bárbara Levy, além das já citadas Eulália Lobo e Maria Yedda. Tive aulas de História do Brasil com a professora Ismênia de Lima Martins, que era uma grande liderança na UFF e a escolhi como orientadora. O grupo que ingressou comigo no mestrado é um grupo muito interessante, pessoas que depois se posicionaram no cenário da produção historiográfica muito bem, como por exemplo, Afonso Marques dos Santos, Francisco Carlos Teixeira, João Fragoso, Martha Abreu, Hebe Mattos, Gladys Sabina, Virginia Fontes. Se não eram da minha turma, eram da turma seguinte. Constituíram um grupo que estava começando a abrir possibilidades de pesquisa bastante interessantes. Influenciada pela professora Ismênia Lima Martins, que tinha estudado a história da Fábrica de Tecidos Petropolitana, pensei em uma pesquisa sobre o universo fabril. Aderia a um movimento que a UFF protagonizava de reagir a uma leitura historiográfica que localizava São Paulo como centro da dinâmica econômica capitalista que vai se desenvolver no século XX, e o Rio de Janeiro como uma área decadente após o fim da escravidão em 1888. Então, eu fui me envolvendo e me interessando em estudar a dinâmica econômica do Rio de Janeiro antes e logo após a abolição da escravidão. Buscava investigar se outras iniciativas econômicas tinham se desenvolvido. Identifiquei a fundação de várias fábricas de tecidos no Rio de Janeiro desde 1875. Desenvolvi então o projeto de pesquisa sobre estas fábricas buscando entender como tinha sido possível a constituição de fábricas têxteis, empresas em moldes capitalistas, numa sociedade de transição. Na época da pesquisa, início dos anos 1980, estas fábricas estavam falindo, fechando. Eu não conseguia ter acesso à documentação das fábricas. Até que, no Arquivo Nacional, um funcionário me alertou, me chamou atenção para procurar a documentação da Junta Comercial. Neste acervo, encontrei registros de fábricas de tecido criadas entre 1875 e 1895.

Considerando o espaço do então Município Neutro, depois Distrito Federal, defini este período com a data de fundação da mais antiga em 1875 e 1895 quando foi realizado um censo industrial, que me permitiu fazer um balanço do desenvolvimento dessas indústrias. Eu quebrei muito a cabeça, Juliana[risos]! Porque entrei em outro debate. Entrei em um debate sobre administração, empresas, assuntos que eu nunca tinha estudado na minha vida! [risos] Eu tive

que entender o que era uma ata de constituição de empresa, o que significava um balanço, aporte de capital, e o que era relatório financeiro. Enfim, fontes interessantíssimas, porque indiretamente nelas ficam registradas as alterações da vida das empresas. Ali eu tinha o nome dos sócios investidores. Para descobrir quem eram essas pessoas, cruzei os dados da Junta Comercial com aqueles que localizei no Almanak Laemmert, porque as atas não diziam quem eram essas pessoas. Nas atas, eu não tinha acesso a maiores detalhes, só tinha o nome, mesmo. E foi assim que reví a hipótese que havia formulado sobre os cafeicultores sendo os investidores da indústria têxtil no Rio de Janeiro. Como resultado da pesquisa eu verifiquei que não foram [risos]. Confirmou-se na verdade a tese de Warren Dean que ele já apresentara sobre a industrialização de São Paulo. De fato, foram negociantes de tecidos que conheciam a rede de comercialização, que investiram no setor têxtil, que passaram a investir na construção dessas fábricas. Digo que o mestrado foi o meu grande laboratório historiográfico. Tive que enfrentar as dificuldades com a leitura das fontes, o debate teórico, os desafios de localizar as fontes, os dilemas de como considerá-las, como trabalhar com essas fontes, como realizar a análise e que conclusões poderíamos deduzir. Foi no mestrado que eu aprendi a operação historiográfica. Considero que essa dissertação é uma tese, porque ela é muito robusta e densa tem quase 400 páginas, porque pesquisei treze fábricas. A partir da finalização do mestrado em 1985 é que recebi convites para dar aulas em curso de graduação, de especialização e para ministrar cursos no Museu Histórico Nacional [MHN}. Enfim, eu trabalhava como professora de Estudos Sociais do município do Rio, trabalhava no Estado como professora de História e nestes cursos.

**JAA** – Por ser uma pesquisadora que cruzou as fronteiras epistemológicas/institucionais (formou-se em História e atua na área de Educação), a senhora acha que isso lhe ajudou a pensar uma proposta de formação profissional comprometida com melhoria do ensino de História na educação básica? Nos conte como foi voltar depois de 20 anos para a UFRJ como professora? Como se tornou pesquisadora no campo do Ensino de História?

**AMFCM** – Como professora, ingressei na UFRJ em 1994 via concurso público para trabalhar com a Didática Especial e a Prática de Ensino de História. Antes de entrar na instituição, porém, vivi uma experiência profissional que me fez rever minha trajetória e optar pelo trabalho em Educação com a formação de professores de História. Decidida que estava a me firmar como historiadora, fui atraída para realizar um curso aberto a professoras de História do município do Rio que tivessem sido também professoras dos anos iniciais anteriormente. Era

voltado para formar professores multiplicadores para a renovação curricular que estava em curso. Estávamos no ano de 1984, governo de Leonel Brizola no estado do Rio de Janeiro, Maria Yedda Linhares como Secretária Municipal de Educação em tempos de abertura política. Ao concluir o mestrado, fui convidada para trabalhar no Grupo de Trabalho criado pela Secretária em 1984, para efetivar a retirada dos Estudos Sociais e reinserção das disciplinas História e Geografia no currículo do 1º Grau. Nesta experiência, me envolvi com o trabalho em educação, com a formação de professores e o ensino de História. Este grupo era constituído por professores com boas práticas e uma docente que havia participado do Laboratório de Currículos, que funcionou na segunda metade dos anos 1970 e início de 1980 no Rio de Janeiro.

Ela liderou esta que foi uma das primeiras iniciativas no Brasil de reimplantação da História no currículo, mas uma História renovada com base na produção historiográfica da época. Neste contexto, foi oferecido o curso que realizei e que me deixou encantada com a nova metodologia de base piagetiana. E me possibilitou o convite para atuar no nível central de uma secretaria. No GT, comecei a trabalhar com formação de professores e com a elaboração de currículo. O entusiasmo pelo trabalho caracterizava este GT. Participava de reuniões para discutir a estratégia metodológica da formação e de reuniões nos diferentes núcleos aqui no Rio de Janeiro. Era muito incrível, fascinante! Nós éramos muito bem recebidos pelos professores. Éramos os portadores das boas novas, por que a gente anunciava que aquela disciplina da ditadura seria retirada e a disciplina de História reimplantada.

Acreditávamos muito que estávamos colaborando para reconstruir o Brasil como sociedade democrática. A lembrança que eu tenho é que era um período de muita vibração, de muita energia positiva, sabe?! [sorriso] Neste trabalho na Secretaria de Educação do município do Rio de Janeiro, comecei a ler Paulo Freire, Dermeval Saviani, Neidson Rodrigues. A gente acreditava que iria produzir um novo currículo para contribuir para transformar a sociedade, para implementar uma nova realidade mais justa. Atualmente, vemos que ainda temos muita luta pela frente [silêncio]. Mas essa era a ideia! Essa experiência, na minha trajetória profissional foi muito marcante. Ali comecei a perceber que eu gostava disso, que eu queria fazer isso. Essa experiência e a experiência do trabalho nos CIEPs – Centros Integrados de Educação Pública, onde atuei de 1991 a 1994 na Coordenação de Capacitação do Magistério, foram muito marcantes na minha trajetória profissional, porque me fizeram acreditar na escola como espaço de transformação, resistência e mudança, contrariando aquela visão de escola difundida pelos reprodutivistas sociais como Althusser, Establet e Passeron, que denunciavam a instituição escolar como aparelho ideológico do

Estado, da disciplinarização, de reprodução de ideologias. Trabalhei nesse projeto de formação no município do Rio de Janeiro de 1986 a 1990 e no projeto do Programa Especial de Educação, de 1990 a 1994.

No entanto, entre 1987 e 1988, a situação minha e de muitos colegas da rede municipal ficou muito difícil, porque a Prefeitura do Rio de Janeiro viveu séria crise econômica e decretou falência. Ficamos um ano sem receber salários. Deflagramos uma longa greve. Com isso, vi que precisava reorganizar as minhas atividades profissionais. Em 1990, me aposentei do município, porque comecei a trabalhar com 17 anos e com 42 anos eu já havia completado 25 anos de magistério. Aprovada em concurso, tomei posse como professora na UFRJ em 1994. Ingressava em um momento no qual as universidades passavam por grandes transformações. No cenário nacional, a instabilidade política que levou ao processo de impeachment de Fernando Collor [pausa]. Na carreira universitária, mudanças retiravam direitos. Quando ingressei na universidade, encontrei um cenário com muitos colegas se aposentando. Ao chegar, a Faculdade de Educação me parecia estranha. Muito, muito estranha [silêncio]. Eu tinha uma lembrança que era aquela do que tinha vivido quando era estudante, e que não era uma maravilha. E aí, eu pensei o que é que eu vou poder fazer aqui? Ao mesmo tempo, eu dizia: quero aproveitar esse lugar para formar professores de História dentro dessa perspectiva que eu acredito, que é de uma escola transformadora, sensível com os alunos(as). O lugar do estágio é o Colégio de Aplicação, onde me apresento. Lá, sou muito bem recebida pelos colegas<sup>2</sup> que realizavam um trabalho de qualidade na perspectiva que eu defendia. Estabeleço com eles uma parceria muito fecunda e começo a trabalhar com a didática da História, a Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado. Na Faculdade de Educação, fui muito bem acolhida pelos professores Antônio Flávio Barbosa Moreira e Alice Casimiro Lopes, que me convidaram para integrar o Núcleo de Estudos de Currículo [NEC], onde eles realizavam pesquisas em Educação orientadas por perspectiva crítica. Importante destacar que, na área de História, somente eu atuava como docente. Depois nós começamos a contratar professores substitutos, porque com a criação do curso noturno ocorreu um aumento do número de alunos. Em 2004, Carmen Teresa Gabriel foi aprovada em concurso público, tornando-se grande amiga, grande parceira. Então, eu permaneci por dez anos sem colegas na área de História no Departamento de Didática da Faculdade de Educação. A problematização de meu trabalho com a formação de professores de História ao lecionar as disciplinas de Didática e Prática de Ensino de História deu origem

---

<sup>2</sup> Professores da equipe de História: Manuela Alvarenga, Américo Freire, Monica Lima, Fabio Garcez de Carvalho, Laura Campello Mello, Waldemir Filho e o técnico administrativo Emilio Gonçalves.

à pesquisa e tese de doutoramento realizada no Departamento de Educação da PUC-Rio, defendida em 2002, intitulada *Ensino de História: entre saberes e práticas*,<sup>3</sup> que focaliza a relação dos professores com os saberes que ensinam, as construções, abordagens, formas de explicar para fazer compreender, representa a síntese de minha trajetória profissional, que relaciona ensino, pesquisa sobre Ensino, História e Educação, em “lugar de fronteira” onde Teoria da História e Teoria da Educação se articulam ao orientar a prática docente.

**JAA** – A função de diretora da Faculdade de Educação (2008-2015), lhe permitiu acompanhar as transformações da UFRJ e do curso de licenciatura em História. Sobre esses aspectos, na sua percepção, quais transformações a “geração REUNI” traz para o campo pesquisa, ensino e extensão? Quais temas, problemas e metodologias são inseridas no cotidiano institucional que foram trazidas pelos novos professores da área de História na Faculdade de Educação? Como é trabalhar com a nova geração de pesquisadores?

**AMFCM** – Quando ingressei na Faculdade de Educação, não entrei pensando em ser diretora. Não passava pela minha cabeça essa ideia. Cheguei querendo me situar, entender aquela instituição, uma instituição que eu sempre admirei, uma universidade pública. Foi uma instituição na qual eu estudei, meu marido estudou, minhas filhas estudaram. Então, eu via a UFRJ com admiração, mas também com muitos problemas, com uma estrutura pesada, fragmentada, na qual a Faculdade de Educação estava inserida. Além disso, Faculdade de Educação, onde eu ingressei como professora, era vista de uma forma muito negativa, como lugar da “pedagogia tecnicista” e ligada ao regime militar. Era como se a Faculdade, criada em 1968, estivesse subordinada ao projeto do regime militar. E não foi bem isso! [pausa/silêncio] Outros institutos, como o próprio IFCS, foram criados na mesma época em decorrência do fracionamento da Faculdade Nacional de Filosofia [FNFi] que ocorreu em 1967<sup>4</sup>. A relação entre o Departamento de História e a Faculdade de Educação era difícil, marcada por muito preconceito [pausa]. Os estudantes chegavam com má vontade: por um lado, por terem que se deslocar do IFCS no centro da cidade para a Faculdade de Educação na Praia Vermelha, cursar as disciplinas pedagógicas, e ao CAP, na Lagoa, outro bairro, para realizar o estágio. Por outro lado, assumir a formação para a docência, que

<sup>3</sup> A tese foi publicada no livro *Professores de História: entre saberes e práticas*, publicada pela Editora MauadX em 2007.

<sup>4</sup> Sobre este processo ver o artigo: CUNHA, Luiz Antonio. O fracionamento da Faculdade de Filosofia da UFRJ: entre o real e o presumido. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 14, n. 29, p.10-27, jan./abr. 2019.

era vista como atividade “menor”. Então qual o meu posicionamento diante deste quadro? Afirmar o lugar do ensino de História, da formação de professores de História como lugar de produção de conhecimentos, defender a educação básica como um lugar com potencialidade para se efetivar como espaço-tempo de produção de conhecimento e de transformação social. Eu era (e sou) muito rigorosa, exigente, mas também acolhedora. Então, foi se construindo uma relação de respeito por parte dos alunos.

A universidade vivia um momento muito difícil com a aposentadoria de tantos professores. O quadro de docentes e funcionários reduzido entre 1993 e 2003 gerou a necessidade de contratação de professores “substitutos”. Assim, quando a política do REUNI foi apresentada, com a proposta de expansão e reestruturação da universidade, nós reconhecemos a oportunidade para reconstituir o quadro docente por meio da ampliação da oferta de vagas discentes<sup>5</sup> e docentes. Numa parceria com os demais cursos de licenciatura, ampliamos vagas discentes, e conseguimos vagas para as nossas disciplinas dos cursos de licenciatura como Didática e Prática de Ensino, Sociologia da Educação, Psicologia e Filosofia da Educação, Educação Brasileira. Já nesse momento, eu integrava a Comissão Permanente de Licenciaturas [CPL] do Conselho de Ensino de Graduação [CEG] e consigo estabelecer um diálogo intenso com os coordenadores dos cursos, defendendo a manutenção das disciplinas da formação pedagógica oferecida pela Faculdade de Educação no currículo das licenciaturas, que então estavam em processo de reformulação de seus currículos em decorrência das Resoluções nº 1 e 2 do CNE [Conselho Nacional de Educação]. Em parceria com os coordenadores das diversas licenciaturas, conseguimos que os coordenadores solicitem vagas docentes para as nossas disciplinas, mantendo nessa estrutura curricular o lugar da Faculdade de Educação para a formação de professores. Com esse movimento, e com a expansão do curso de Pedagogia, nós conseguimos vagas de 2008 a 2014. Nesse contexto, no final de 2007, na luta pela afirmação da área educacional na UFRJ e da melhoria da qualidade de nosso trabalho de formação de professores, me candidatei e fui eleita para assumir a direção da Faculdade juntamente com Marcia Serra Ferreira, vice-diretora. O esforço principal, inicialmente, voltou-se para a realização dos concursos públicos. Realizamos mais de 60 concursos, porque há concurso no qual não há candidato aprovado, e é preciso realizá-lo de novo. E então ingressaram muitos docentes de uma geração nova, recém-doutores. Lembro, também, que em algumas áreas como Prática de Ensino de História, Sociologia, Geografia, foi preciso realizar concurso com o perfil de

---

<sup>5</sup> O curso de Pedagogia teve as vagas discentes ampliadas de 40 para 50 no curso vespertino, e foram criados os cursos noturno e matutino com 50 vagas cada um.

professor assistente pois não havia docentes com doutorado concluído.<sup>6</sup> Foi o caso da História, em que os docentes ingressaram na carreira como assistentes e se doutoraram depois. Atualmente, formamos uma equipe de sete docentes: além de mim e Carmen Gabriel, professora titular de currículo, Amílcar Pereira, uma referência dos estudos sobre Educação Antirracista, Cíntia Araújo, que trabalha o ensino de História em perspectiva decolonial, Alessandra Nicodemos, voltada para ensino de História e a EJA [Educação de Jovens e Adultos], Warley da Costa, que trabalha com a questão da identidade e relações étnico-raciais e Giovana Xavier<sup>7</sup>, que trabalha com o Feminismo Interseccional. Com essa equipe, criamos em 2012 o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino de História [LEPEH]<sup>8</sup> no qual desenvolvemos atividades de ensino, extensão e pesquisa. O caso da História é exemplar do que ocorreu neste período: uma grande renovação na Faculdade de Educação. De 55 professores efetivos e 50 substitutos em 2008, chegamos a 120 professores efetivos em 2014, uma renovação de muito impacto para a Faculdade em suas diferentes áreas e afirmação da formação de professores e da pesquisa em Educação na universidade.

Além das mudanças provocadas pelos novos professores, uma outra ação, um outro movimento de renovação que considero importante para a mudança da imagem da Faculdade, foram as comemorações dos 40 anos de criação da Faculdade em 2008. Um dos pontos do programa de nossa gestão, minha e da Márcia, era reverter aquela visão sobre a Faculdade Educação como aquela faculdade de pedagogia tradicional. Pensamos: vamos realizar um evento marcante. Vamos convidar pesquisadores da área da Educação, reconhecidos, para a gente divulgar e marcar esse lugar como um lugar onde se pensa, ensina, pesquisa Educação de forma progressista e atenuada com o que há de mais contemporâneo. Montamos o seminário, realizado em agosto. Entre os grandes nomes da área de Educação que aceitaram o convite, estava o professor Antônio Nóvoa, reitor da Universidade de Lisboa [ULisboa] na época, e pesquisador da área da formação de professores reconhecido internacionalmente. E o evento foi um sucesso! [pausa] A Faculdade ficou lotada. Foi necessário um telão em outra sala para receber tantas pessoas. Nóvoa era um nome bastante conhecido, mas não vinha ao Brasil, sabe?! Foi neste evento que ele começou a lançar essa semente

---

<sup>6</sup> Sobre o perfil dos candidatos nos concursos, definimos que era preciso ter a graduação na área específica, ou seja, tinha que ter graduação em História e o mestrado ou doutorado em Educação ou História. Durante a seleção, o memorial era importante para se entender o posicionamento em relação ao trabalho com o ensino e a formação de professores.

<sup>7</sup> Giovana Xavier ingressou por concurso público na vaga aberta por Carmen Gabriel quando aprovada no concurso para professora titular em 2011.

<sup>8</sup> O LEPEH é registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

do que hoje é o Complexo de Formação de Professores [CFP]. A ideia central do Complexo volta-se para o entendimento de que as universidades necessitam envolver e incluir o professor do estágio das escolas nos processos formativos em parceria efetiva com os professores da universidade, para que os primeiros se reconheçam como formadores de professores. Então, as comemorações dos 40 anos representaram um marco. E, atualmente, a Faculdade é reconhecida como uma nova faculdade, tem uma outra presença, outra participação na universidade. Outro fator que contribuiu para a mudança da imagem da Faculdade foi a melhoria do Programa de Pós-graduação em Educação, que passou de uma avaliação na CAPES [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior] de nível 3 para 5 em 2010, e em 2016 atingiu nível 6. Foram muitas realizações do conjunto de professores. Praticávamos uma gestão democrática. Um funcionário dizia que a minha porta do gabinete vivia aberta sempre, às vezes era até demais, que entrava aluno e professor [risada]. Eu ficava sempre com aquela porta aberta e recebia as pessoas. Enfim, hoje eu acho que, dentro da UFRJ e até na relação com outras universidades, a Faculdade de Educação é respeitada dentro do campo progressista, perspectiva que foi mantida e ampliada nas gestões subsequentes.

**JAA** – O Professor Jean Páges (UAB), em 2019, na conferência de encerramento do 30º Simpósio Nacional de História, em Recife, num auditório lotado, contou na introdução de sua fala que “nunca tinha sido convidado pelos colegas da Faculdade de História [Universidade Autônoma de Barcelona-UAB] para palestra ou conversa sobre a formação dos professores de história, embora ele tenha se formado em História na mesma universidade, ou seja, fosse um historiador de formação/ofício”. Aproveitando essa história, que discute a relação interinstitucional e epistemológica, gostaríamos de saber da senhora: como é a sua relação com o curso de licenciatura em História na UFRJ? Como tem sido a convivência entre os diferentes entendimentos sobre a atuação de um profissional de História na UFRJ? E quais foram os motivos que levaram o curso de licenciatura em História da UFRJ passar quase duas décadas para reformular o seu currículo?

**AMFCM** – A minha relação com o Departamento de História, embora eu tenha estudado lá, no início não era de muita proximidade. Conhecia os colegas de nome e outros por terem sido meus colegas no mestrado. Eu sabia do Francisco Carlos Teixeira, Marieta Ferreira, Afonso Carlos Marques dos Santos, Manoel Salgado Guimarães, José Murilo de Carvalho, Leila Rodrigues, Manolo Florentino, João Fragoso, Flavio Gomes. Como no caso de Páges, eles inicialmente também não me convidaram para nada, e eu também não fui procurá-los, eu poderia ter feito isso, mas, não fiz, fiquei na minha e continuei desenvolvendo meu trabalho. E foi

assim durante um tempo. A partir do final dos anos 1990, conheci a professora Regina Bustamante, que coordenava as licenciaturas e passamos a trabalhar juntas na organização das turmas, inscrições, projetos<sup>9</sup>. Na verdade, a maioria dos colegas não me conhecia. Penso que a relação começou a mudar a partir de 2005, quando me tornei mais conhecida em decorrência da conferência que pronunciei sobre o tema “Ensino de História: lugar de fronteira”, no XXIII Simpósio Nacional de História, realizado em Londrina/Paraná, a convite de Luiz Carlos Soares, na época o presidente da ANPUH [Associação Nacional de História] e que me convidou para fazer parte da chapa que concorreu para a eleição da diretoria da ANPUH/Nacional no biênio 2005/2007. Mas, durante muito tempo, ouvia dos alunos relatos sobre os discursos desqualificadores de alguns professores do IFCS sobre o trabalho da Educação e sobre a profissão docente. Era reafirmado que o objetivo do IFCS era formar pesquisadores, historiadores, e que se tornariam professores da educação básica aqueles menos capazes, medíocres. Alguns estudantes até choravam quando relatavam isso, e isso reafirmava a minha opção de, com meu trabalho, fazê-los compreender a complexidade e importância política da docência. E eu ficava me perguntando como historiadores podiam desacreditar do trabalho com educação. Daí a minha admiração pela professora Maria Yedda Linhares, que assumiu a Secretaria de Educação do Rio de Janeiro em 1983, num contexto de abertura política e que, entre outras ações, criou as condições institucionais para reconstituir e mudar o ensino de História que se oferecia nas escolas públicas deste município. Nesse contexto, foram promulgadas, em 2001, as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em História<sup>10</sup> e, em 2002, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.<sup>11</sup> Em 2002 foi instituída uma comissão no Departamento de História para rever o currículo e fui convidada a participar. Quem coordenava a comissão era o professor Manoel Luiz Salgado Guimarães. Nós trabalhamos o ano inteiro e, no final do ano, quando a proposta foi encaminhada para a reunião do Departamento, para ser apreciada, mudou a gestão que deu prioridade a outros projetos. E a reforma curricular ficou em compasso de espera até o momento em que a Pró-Reitoria de

---

<sup>9</sup> Participo do Pró-Docência em 2006, 2007, do PIBID História UFRJ de 2009 a 2014 e do ProfHistória.

<sup>10</sup> Parecer CNE/CES n° 492 de 3 abr. 2001. Diretrizes curriculares dos cursos Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Homologado em 4 jul. 2001, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 9 jul. 2001.

<sup>11</sup> RESOLUÇÃO CNE/CP n° 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura e de graduação plena.

Graduação exige que seja apresentada uma nova proposta, isso já em 2007/2008. Nesse período, eu era diretora da Faculdade de Educação e fazia parte do Conselho de Representantes do CFCH,<sup>12</sup> e o projeto do Departamento foi encaminhado a mim para análise. E, então, eu fiz algumas recomendações, algumas sugestões para contemplar as exigências legais referentes a um curso de licenciatura. Entre elas, por exemplo, explicitar a menção ao estágio docente que deveria ser realizado no espaço escolar, pois o projeto somente mencionava o estágio em instituições como arquivos, museus, centros de memória, espaços de pesquisa. Não faziam menção ao estágio na escola. Outra exigência foi a inclusão dos nomes dos professores da Faculdade de Educação na lista dos professores das disciplinas obrigatórias do curso. Outro exemplo refere-se ao fato de que constava na resolução interna da UFRJ<sup>13</sup> a exigência de que fosse apresentada uma história do curso, o que precisava ser desenvolvido. Foram realizados os ajustes mas, predominava a visão de que o curso de História existe para formar o historiador, que também dá aulas. A própria disputa no Conselho Nacional de Educação tem um reflexo na reformulação do projeto. Está nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de História/2001 a organização de um curso único que forma simultaneamente o bacharel e o licenciado. Já a Resolução do CNE nº 01/2002, exige que a formação docente seja realizada em um curso com ingresso específico, ou seja, o reconhecimento de que a licenciatura é efetivamente um curso voltado para a docência e a formação de professores. Pelo que eu posso depreender, no Departamento de História da UFRJ a posição majoritária se apoiava nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de História de 2001, que defendem um único curso para as duas formações. Nas gestões seguintes, o projeto de criação do Instituto de História [IH], ou seja, a transformação do Departamento em Instituto de História, que ocorreu em 2010, e a sua implementação mobilizou as atenções e iniciativas. E, a posição da direção do IH era clara: defesa de um curso único que forme o bacharel e o licenciado. Quando o projeto chegou finalmente ao Conselho de Ensino de Graduação, ficou ainda um longo tempo na Comissão Permanente de Licenciatura aguardando o parecer. E com isso, a reforma não era finalizada. Chega a ser bem difícil fazer o relato [silêncio]. Uma disputa política entre concepções sobre a formação do professor de História. É importante deixar claro que a nossa posição na Faculdade de Educação entende que a formação docente é muito complexa, não pode prescindir da formação em História, em Teoria da História,

---

<sup>12</sup> Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), órgão da estrutura média da gestão na UFRJ. O Conselho de Coordenação do CFCH reúne os diretores das unidades integrantes do Centro e representantes eleitos pelas diferentes classes de docentes, técnicos administrativos e estudantes.

<sup>13</sup> Resolução nº 02/2003 do Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CONSUNI/UFRJ).

em História da Historiografia, das contribuições do campo do currículo, da didática, da formação de professores, da área da Educação em geral, da formação em pesquisa, em ensino de História. O curso envolve uma parceria entre as duas unidades. Eu sei que, em 2017, fomos procurados pela direção do IH e foi criada uma comissão paritária e conjunta com representantes do Instituto de História e da Faculdade Educação, para elaborar a proposta que foi aprovada nas duas congregações em 2019.<sup>14</sup> No segundo semestre de 2019 é matriculada a primeira turma do currículo novo. Quase todos os alunos escolheram a licenciatura. Nessa proposta, o currículo já está pensado de acordo com as exigências do Conselho Nacional de Educação atualizadas pelas Diretrizes de 2015.<sup>15</sup> Essa proposta apresentou avanços muito importantes: a definição da disciplina de História, do ensino de História, como obrigatória no primeiro período, a disciplina Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos no terceiro período e a inclusão de História da África no quinto período. As disciplinas pedagógicas foram mantidas com a parceria da Faculdade de Educação. Enfim, não foi simples, porque houve muita discussão sobre quais disciplinas precisariam ter sua carga horária reduzida para possibilitar estas inclusões. O projeto foi aprovado com resistência dos estudantes do Diretório Acadêmico, com um discurso contrário à Faculdade Educação. É difícil para mim entender a manutenção desta oposição [silêncio]. No momento de discussão da forma de transição dos alunos para o novo currículo, foi garantido o direito de conclusão com o currículo antigo para aqueles, ingressantes até 2019/1, que manifestassem este interesse. Então, a gente ainda vai ter esse antigo currículo ativo por um tempo.

**JAA** – A partir dessa experiência, na sua perspectiva, quais saberes e concepções tem sido levados em consideração pelo curso de História da UFRJ na (re) configuração do currículo de História?

**AMFCM** – O que está em disputa, eu creio que não é só na UFRJ, é a concepção de formação do professor de História. E, penso que essa disputa se expressa nas várias universidades brasileiras, porque os Programas de Pós-graduação em

---

<sup>14</sup> Essa comissão, constituída pela Portaria nº 1482 de 26 de fevereiro de 2018, publicada no Boletim da UFRJ nº 10 de 8 de março de 2018, era formada pelos professores do Instituto de História: Antonio Carlos Jucá de Sampaio (presidente), Felipe Charbel Teixeira, coordenador do curso de licenciatura de História, Marieta de Moraes Ferreira, Amílcar Araújo Pereira, Cíntia Monteiro de Araújo e Warley da Costa, da Faculdade de Educação; e pelos estudantes: Lucas de Souza Avelar, Paulo Cesar Machado Farias Junior e Pamela Dias Mendes Viana Ferreira.

<sup>15</sup> Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

História da UFRJ têm sido um espaço estratégico de formação dos historiadores brasileiros. Muitos estudantes que se formaram no PPGHIS e PPGHC/UFRJ<sup>165</sup> estão atuando em várias universidades deste país. E nesses programas que formam pesquisadores da História, temos uma cultura acadêmica muito consolidada, como também na USP [Universidade de São Paulo] e em outras universidades, com essa concepção de que os cursos de História formam professores sem necessidade das contribuições do campo da pesquisa em Educação. Como a História é uma ciência social, que analisa processos históricos, políticos, sociais, culturais ela contém em si a capacidade e a possibilidade de dar conta da questão educacional, logo, não seria necessário um espaço-tempo próprio para pensar essa formação. Eu percebo que esse modelo ainda não conseguiu ser superado por algumas pessoas.

As diretrizes de 2002 passaram a defender que se tenha um curso de licenciatura, voltado para formação de professores. A formação de um professor, que vise superar a prática pedagógica da memorização de conteúdos relacionados a uma história nacional e eurocêntrica, canonizada, precisa considerar as questões do currículo como lugar de produção de conhecimentos, de identidades, de disputas de narrativas. E que se desenvolve no contexto da instituição escolar com seus constrangimentos próprios e em outros contextos, como museus, de produção de audiovisuais, de patrimônios, com outros aspectos específicos a considerar. Em muitas instituições, já foi possível avançar e, nesse aspecto, o investimento que eu e outros colegas temos feito na pesquisa em Ensino de História nas várias universidades tem possibilitado construir um novo olhar sobre o ensino de História. Muito deste trabalho é fruto de um movimento que foi iniciado em 1988 pelas professoras Elza Nadai e Circe Bittencourt, na USP, com a realização do I Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História e que já teve 12 edições em diferentes universidades e estados do país. E os Encontros Nacionais de Pesquisadores em Ensino de História, realizado pela primeira vez em 1993, por iniciativa de Selva Fonseca na Universidade Federal de Uberlândia/MG [UFU] e que teve a XII edição realizada na UFMT [Universidade Federal de Mato Grosso], Cuiabá, em 2019. Por outro lado, eu vejo que ainda existe um núcleo que não se interessa por Educação, que o interesse é direcionado para a pesquisa historiográfica específica, o que é obviamente válido e necessário de ser realizado! O que não é ético é ficar desqualificando a pesquisa em Ensino, em Educação. O fato das nossas pesquisas terem adquirido densidade teórica tem contribuído para afirmar esse campo do Ensino de História. O XI Encontro Nacional Perspectivas

---

<sup>165</sup> PPGHIS (Programa de Pós-graduação em História Social) e PPGHC (Programa de Pós-graduação em História Comparada). Desde 2014, o Instituto de História é a “instituição âncora” do Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) em parceria com a CAPES e que reúne, atualmente, 39 universidades em todo o Brasil.

do Ensino de História que nós organizamos aqui no Rio de Janeiro em 2017 confirmou isso, a expansão dessa área de pesquisa. Eu penso que nesse trabalho de pesquisa tem que se considerar a cultura escolar e seus constrangimentos e romper os limites dessa instituição. Uma tendência que se faz presente no campo de pesquisa em Ensino atualmente tem, por um lado o grupo que trabalha com Educação Histórica, a partir das contribuições de Jörn Rüsen, tem ganhado adesões, porque encontra na própria Teoria da História fundamentos para realizar uma “educação histórica” dispensando contribuições da área educacional. A linha na qual eu trabalho assume uma abordagem epistemológica para a pesquisa em Ensino da História, de investigação no diálogo com a Teoria da História e da Teoria da Educação, um “lugar de fronteira” como tenho defendido. Agora, eu penso que nós estamos no limiar de uma nova inflexão importante no campo, que tem a ver com o reconhecimento e questionamento sobre o que estamos realizando em história pública. É importante que a gente reflita sobre o que é história pública. O que temos feito com a história que produzimos? [pausa] Eu comecei a ler sobre isso, não é a história dos historiadores *stricto sensu*, que circula em circuitos fechados, eventos congressos, seminários, em auditórios com os pares historiadores. Nós, professores de História também criamos um tipo de difusão da história. Eu pergunto: o que temos feito na escola podemos chamar de história pública? Isso implica pensar o impacto sociocultural e político do nosso trabalho. Enfim, é um campo que está se abrindo, e que tem desafiado os pesquisadores, nessa disputa pesada de narrativas que está ocorrendo aqui no Brasil com o negacionismo histórico, negacionismo científico e narrativas religiosas.

**JAA** – Por fim, gostaríamos de saber: se senhora pudesse modificar o processo de formação de professores na UFRJ, quais elementos seriam alterados? Essa sugestão poderia ser considerada em outros cursos?

**AMFCM** – Essa pergunta é difícil [risos], eu acho que seria essa a visão de alguns colegas. Aproveitar esse momento de reformulação curricular para assumir a licenciatura nas aulas de História que ali são oferecidas. Entender que a licenciatura não é um curso menor, de “receitas”, mas um curso que exige reflexão, problematização, conhecimento de historiografia e teórico-metodológico da História, para entender como abordar questões que contribuam para que os alunos possam compreender a historicidade do social. Lembrar que, conforme a minha pesquisa sobre professores marcantes demonstra, o papel dos professores e professoras é estratégico, de forma presencial ou como os novos tempos nos desafiam, “*on-line*”. Busco nas escolas, histórias possíveis, para (re)significar a narrativa do impossível. Nós temos muitas experiências boas, na escola. A minha

pesquisa é muito assertiva, busca o movimento, a transformação, eu não vou para escola buscar os “defeitos”, eu quero investigar experiência significativas, invenções criativas que apesar de tudo acontecem. Eu quero investigar o que faz esses alunos indicarem alguns professores como professores marcantes. Para concluir, eu estava lembrando aqui da frase de Darcy Ribeiro: “o fracasso da educação brasileira não é problema, é projeto.” Projeto de uma elite, que não quer que a população se desenvolva. Eu e todo esse grupo, que você conhece e do qual você faz parte, tem um projeto de educação que é uma experiência fundante, transformadora e estratégica para cidadãos que projetam e contribuem para a construção de uma república democrática.

Por fim, quero agradecer muito a você, por ter me ouvido atentamente.

**JAA** – Professora Ana Maria, eu que agradeço pela abertura e generosidade. Sua narrativa, sem dúvida, nos ajuda a entender as transformações nas instituições de ensino superior e os desafios das licenciaturas para (re)configurar os seus projetos de curso.

## Referências

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro, Graal, 1985.
- DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo: 1880-1945*. Tradução Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Difusão Europeia do Livro. 1971.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- FOUCAULT, Michael. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- KRENAK, Ailton. *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. *Professores de História: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2007.
- \_\_\_\_\_. Ensino de História: lugar de fronteira. In: ARIAS NETO, José Miguel

(Org.). *História: guerra e paz*. XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina: ANPUH/Editorial Mídia, 2007.

\_\_\_\_\_; PENNA, Fernanda de Araújo. Ensino de História: saberes em lugar de fronteira. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 191-211, jan./abr. 2011.

NÓVOA, António. Os professores e as histórias da sua vida. In: NÓVOA, António (Org.). *Vidas de professores*. Porto: Porto Editora, 1992.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

**Resumo:** A renomada pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a professora Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro, nesta valiosa entrevista concedida a Juliana Alves de Andrade, compartilha momentos decisivos de sua trajetória – formação, pesquisa, docência – a partir de um “lugar de fronteira” entre a História e a Educação, lançando luz sobre a própria constituição contemporânea da universidade no Brasil.

**Palavras-chave:** História. Educação. Ensino. UFRJ.

**Crossing frontiers: Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro and the institutional/epistemological shifts to train history teachers in Brazil**

**Abstract:** The renowned researcher at the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ), prof. Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro, in this valuable interview given to Juliana Alves de Andrade, shares decisive moments in her trajectory – training, research, teaching – from a “frontier place” between History and Education, shedding light on the contemporary constitution of the university in Brazil.

**Keywords:** History. Education. Teaching. UFRJ.

Recebido em 07/05/2020

Aprovado em 06/07/2020